

EDUCAÇÃO EM GUINÉ-BISSAU NA TRANSIÇÃO DO PERÍODO COLONIAL PARA O PÓS-COLONIAL.

Bruno Gomes¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB
b.gome23@hotmail.com

RESUMO

O propósito deste artigo é refletir sobre a educação na Guiné-Bissau no período colonial, comparando com o período pós-colonial, e mostrar a importância da educação comunitária (não-formal) na sociedade tradicional africana, principalmente na Guiné-Bissau. Essa educação promovida na e da cultura popular recebe muitas críticas, e muitos preconceitos, o que muitas vezes reforça a valorização da educação formal pautada no modelo ocidental para os países africanos. Desta forma, este trabalho tem como objetivo estudar os desafios e as possibilidades para o melhor funcionamento do sistema nacional da educação na Guiné-Bissau. Nessa etapa da pesquisa estamos apresentando uma revisão bibliográfica, de forma a elaborarmos um conhecimento sobre a temática para fundamentar, e viabilizar, a continuidade da pesquisa.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Educação colonial. Educação Comunitária. e Educação pós-colonial.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar a educação em Guiné-Bissau na transição do período colonial para o pós-colonial, discutindo as características e fatores que afetam o funcionamento do sistema educativo nacional desse país. A pesquisa tem caráter quali-quantitativo, analisando referências bibliográficas produzidas por diferentes autores que trabalham com essa temática, identificando e analisando normas e dados estatísticos oficiais. Será particularmente analisada a Lei de Base do Sistema Educativo de Guiné Bissau, criada em 2010, avaliando suas características e potenciais impactos na educação do país. O interesse pelo tema surgiu no debate durante a aula da disciplina “Educação e saberes coloniais”, onde foi expressado a opinião de que a educação comunitária dito não formal não tinha a importância para o desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau no período colonial, revelando-se ampla desorganização da educação. Contestei essa avaliação, indicando que esse modelo de educação contribuiu bastante para a capacitação das pessoas no período antes referido. Portanto, partindo desse debate, me interessei em pesquisar e aprofundar essa temática, através das análises de documentos oficiais e dos resultados até então obtidos pelo sistema em vigor.

¹ Especializando no curso de Sociologia

Este artigo é uma parte do meu trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em humanidades

DESENVOLVIMENTO

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU

Iniciamos o trabalho fazendo uma breve apresentação do contexto histórico da República de Guiné-Bissau, país que fica situado na Costa Ocidental da África, e é limitada ao Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Conakry, e Oeste pelo Oceano Atlântico. A superfície total da Guiné-Bissau é de 36.125 km², e a sua população é de 1 milhão e 600 mil habitantes (resultado provisório do último censo realizado em 2009). Sua capital é Bissau, cidade que concentra o maior número da população. O país é constituído por uma parte continental e uma parte insular que engloba o Arquipélago dos Bijagós, composto por cerca de 90 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitadas.

De acordo com Évora e Sousa, a Guiné-Bissau está entre as vinte economias mais frágeis, em escala planetária, sobrevivendo, sobretudo, da pesca e da agricultura. As principais culturas são: arroz, milho, feijão, mandioca (tapioca), castanha de caju, amendoim, semente de palma, algodão. Devido às condições climáticas e a pobreza dos terrenos agrícolas, predominam as culturas rotativas, intercaladas com largos períodos de pousio. Esses dados revelam que a Guiné-Bissau possui uma economia muito fraca, sendo dependente das “ajudas” externas para cobrir as despesas do Estado. O país conta com a exportação de pesca, madeira, castanha de caju etc., mas mesmo com a exploração desses produtos, continua a necessitar das ajudas dos países parceiros. Problemas como má gestão dos recursos públicos e corrupção agravam este cenário, de acordo com Évora e Sousa (2007, p.80).

O país apresenta uma das mais deficitárias balanças de pagamentos no espaço lusófono, a Guiné-Bissau possui um PIB de 182 dólares por habitante, ficando muito abaixo dos 244 dólares registados em 1990. A esperança de vida é de 45 anos: 46 anos para as mulheres e 43 anos para os homens setenta e oito por cento da mão-de-obra ativa dedicam-se ao sector da agricultura, verificando-se, em 1991, que cinquenta por cento de toda a população vivia muito abaixo do limiar da pobreza. O sector da indústria é muito deficiente, registando-se unidades industriais que produzem cervejas, refrigerantes e transformam alguns dos produtos obtidos a partir da agricultura.

EDUCAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL E EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

Partindo da contextualização da República da Guiné-Bissau, podemos agora falar da educação no período colonial, o que nos obriga a lembrar de que antes da chegada dos colonizadores na Guiné-Bissau já existia um saber educativo, o qual funcionava de uma forma diferente a dos Europeus: este se baseava nas culturas e tradições, porque na tradição africana principalmente na sociedade tradicional guineense os mais velhos são conhecidos como o detentor do conhecimento. Esse conhecimento era transmitido através das histórias que os velhos contavam, no ritual de iniciação, no campo etc. Como afirma Cá, (1999, p.89) “antes da chegada dos invasores não existia instituição formal do ensino, as pessoas aprendiam paulatinamente em diferentes lugares” isso que chamamos da educação comunitária, porque ela procura uma qualidade de vida, sobretudo pelos mais novos sem desvalorizar as regras tradicionais e promover as culturas africanas.

De acordo com (Gadotti, 2010) a educação comunitária tem sido também entendida como desenvolvimento comunitário ou desenvolvimento de comunidades, contribuindo com a organização e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre populações empobrecidas ou discriminadas, portanto através dessa solidariedade faz com que as pessoas aprendiam uns com os outros em qualquer lugar que se reúnem, e por isso que a sociedade tradicional africana particularmente em diferentes grupos étnicos existente em Guiné-Bissau deu grande importância a educação comunitária e popular porque ele possui o caráter formativo para as populações locais.

Vale lembrar que no período da colonização, os portugueses criaram um sistema educativo formal, mas só que não era fácil para os nativos terem acesso a esse tipo de educação porque foram criadas diversas normas baseadas nos padrões portugueses (e europeus) que os nativos deveriam seguir para conseguirem ingressar como parte desse sistema, ou seja, dentro desse padrão destacamos o abandono dos costumes e práticas culturais, assimilação, mudança de identidade e batismo. De acordo com Cá (1999 p.93) “isso acontece quase em toda África principalmente da colônia portuguesa”. Através da assimilação de várias pessoas começaram a surgir desigualdade entre os povos nativos, porque alguns começaram a se ver (e serem vistos) como civilizados e outros não, por causa de sua inclusão no padrão colonial português.

Segundo Mendy (1992, p.13), para os europeus os assimilados eram considerados como portugueses de segunda classe mesmo não tendo a identidade nacional portuguesa. Já para os africanos essas pessoas não faziam mais parte da comunidade nativa, porque já negaram ou abandonaram as suas identidades como africanos, e acima de tudo inferiorizavam as práticas inadequadas.

Nas escolas formais criadas pelos portugueses os conteúdos ensinados eram da realidade portuguesa, sobretudo das suas grandes navegações e conquistas das terras através dos seus heróis das conquistas que levaram a DEUS aos povos primitivos de três continentes segundo as suas concepções, nessa mesma ótica também para os portugueses a África não existia antes da sua chegada, segundo eles esse continente não tinha a história. De acordo com Cá, (1999: p.91) “até mesmo nos anos de 1970, nos liceus de Bissau as mulheres dos oficiais que serviam no exército colonial continuavam a ensinar aos jovens guineenses a epopeia metropolitana”, e, nesse caso, compreendemos que o sistema educacional colonial se inicia com a sua difícil integração dos estudantes que não são os portugueses e, além disso, essa educação favorecia mais arrogância intelectual e também o individualismo.

Por outro lado, a religião também foi utilizada para legitimação colonial, porque os portugueses utilizavam o ensino catequese e maquiavam o evangelho de Cristo de forma da legitimação da superioridade da cultura europeia e de inferioridade da cultura tradicional africana, portanto isso influenciou muito nas negações das práticas culturais africanas em detrimento da cultura europeia português. De acordo com Gadotti, (2010, p.1) as pedagogias que se dizem puramente científicas, sob sua pseudo-neutralidade, escondem a defesa de interesses hegemônicos da sociedade e concepções da educação, muitas vezes, autoritárias e domesticadas. Ao contrário, as pedagogias críticas têm todo interesse em declarar seus princípios e valores, não escondendo a politicidade da educação.

A EDUCAÇÃO NO PERÍODO PÓS-INDEPENDENCIA

A Guiné-Bissau é um país que se tornou independente em 24 de setembro 1973, herdando um sistema de ensino colonial muito complicado e que era baseado mais no individualismo do que coletividade. Porém, com o passar do tempo, o sistema educativo da Guiné-Bissau começou a seguir outro padrão do ensino de modernização que, compreendido a partir de uma visão weberiana, passou a flertar com a racionalidade econômica e administrativa. Nesse sentido, a educação passou a ser reestruturada de uma forma mais organizada com a criação da lei de Base do Sistema Educativo nacional em 21 de maio de 2010 através do decreto presidencial do artigo 85.º, n.º 1, c) da Constituição da República.

A Lei de bases do sistema educativo é uma tentativa de organizar o sistema e a política educativa do país, tendo em conta a desestruturação verificada antes da criação dessa lei, e

englobando todas as modalidades educativas, entre as quais a educação formal, educação não formal e outros, regulando todos os órgãos que compõem o sistema educativo, públicos e privados.

Tudo isso mostra uma frágil contribuição de Portugal na Guiné-Bissau desde o período colonial a até a data presente. Segundo Cá (1999, p. 91): “a Guiné-Bissau é considerada o último país da África lusófona que possui uma universidade pública, mas todas elas são administradas por Portugal”. A Faculdade de Direito de Bissau, nessa linha, é um dos grandes centros de estudo que a Guiné-Bissau tem até hoje, a qual foi criada numa cooperação da Guiné-Bissau e Portugal, por isso está ligada a Universidade Clássica de Lisboa e também o governo português que é responsável da maior parte do pagamento de salários aos docentes que ensinam neste estabelecimento, cerca de 80% dos salários são mantidos pelo governo português.

De acordo com o relatório do UNESCO (2010, p.04) a Guiné-Bissau é um país que depende muito da ajuda externa sobre tudo para área da educação, porque o Estado guineense não consegue garantir a educação para todos os cidadãos.

Em 2002, a Guiné-Bissau fez um acordo com o governo português para enviar os professores de Portugal para lecionar em diferentes escolas do país, isso resultou num fraco corpo docente diplomados com capacidade de ensinar, mas esse acordo acaba por não durar muito tempo por causa da crise que afeta a Europa principalmente Portugal.

COCLUSÃO

Concluindo que a Guiné-Bissau precisa estruturar o sistema educativo e descentralizar as escolas de capital Bissau para todas as regiões e setores do país, para que todos os cidadãos possam exercer os seus direitos de ir as escolas. Sabemos que dar educação para o seu povo não é um favor, mas sim é um direito fundamental do Estado, portanto o Estado guineense deveria cumprir esse papel, e também ele deveria criar o seu próprio sistema de educação de acordo com a sua sociedade, para não continuar com sistema do ensino que foi deixado pelos colonizadores portugueses que é baseado nas desigualdades social e individualismo. Para tanto deve recuperar aquelas praticas educativas tradicionais dito não formal que desconsiderados pelos colonos para o atual sistema de educação no período pós-colonial, porque ele possui um papel fundamental no desenvolvimento comunitária, e por fim, os dirigentes ou líderes guineenses deveriam colocar a educação como prioridade das prioridades porque o sistema educativo Guineense é muito frágil do ponto de vista do ensino, da pesquisa e extensão, ou seja, para ter hoje em dia grandes intelectuais e bons governantes como uma capacidade crítica e reflexiva é importante investir muito na educação só através disso

que a Guiné-Bissau pode atingir o seu objetivo que é desenvolvimento e combate à pobreza, com os recursos humanos interna capazes de responder qualquer demanda da sociedade em geral.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CA, Loureço Ocuni. **POLITICA EDUCACIONAL DA GUINÉ-BISSAU DE 1975-1997: 1999** Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000199296>> acesso no 10/08/2015.

GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum.** [ca.2010] Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

MENDY, Peter Michael Karibe. **CONQUISTA MILITAR DA GUINÉ: DA RESISTÊNCIA A “PACIFICAÇÃO” DO ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS.** Soronda 13- *Revista dos Estudos Bissau-guineenses*, Guiné-Bissau, INEP, 1992.

REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da educação nacional, ciência, Juventude e dos Desportos: **LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO**, Bissau, 21 de maio 2010, p.1-27.

Silvino Lopes Évora, Helena Sousa. **O MAPA POLÍTICO E A LIBERDADE DE IMPRENSA NA GUINÉ-BISSAU: ANUÁRIO LUSÓFONO.** 2007 p.81-83. Disponível em <http://www.researchgate.net/publication/277103482_O_mapa_politico_e_a_liberdade_d_e_imprensa_na_Guin-Bissau> acesso dia 16/09/2015.